

## Análise do Documento:

### ***PLANO DE INVESTIMENTO PARA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL***

Esse estudo foi elaborado e publicado recentemente pela CBI; porém, é de autoria de um consultor independente. Tal plano detalha em pormenores o ecossistema da agricultura sustentável brasileira; mostrando o cenário atual e as oportunidades de investimento via títulos verdes no setor. O potencial de crescimento do agronegócio é mostrado como o grande atributo para a atração de títulos verdes ao país. Cabe aqui lembrar que agricultura sustentável é entendida como aquela de baixo ou zero carbono e resiliente a mudanças climáticas. O estudo também aborda os instrumentos financeiros que podem ser utilizados por potenciais atividades verdes do agronegócio, e, medidas que podem impulsionar esses investimentos.

O plano é direcionado aos atores, brasileiros e estrangeiros, envolvidos no ecossistema das finanças verdes. Esse estudo foi desenvolvido no âmbito do Subcomitê de Agricultura da Iniciativa Brasileira de Finanças Verdes (IBFV). A título informativo: “o Subcomitê de Agricultura do Brasil foi criado para identificar e propor oportunidades de financiamento verde. Isso inclui o fortalecimento das linhas de financiamento existentes e a criação de novas alternativas para atrair capital nacional e internacional de longo prazo para projetos sustentáveis no Brasil. Esses esforços também incluem o desenvolvimento de um *pipeline* de projetos em segmentos estratégicos para atrair investimentos do mercado de capitais e dar escala a agricultura sustentável”. Seus membros são: Banco do Brasil; B3 - Brasil Bolsa Balcão; Cargill; Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Ecoagro; Freitas Leite Advogados; Mattos Filho Advogados; Natcap; Pinheiro Neto Advogados; Proactiva; e Sociedade Rural Brasileira.

O mercado de títulos verdes vem crescendo substancialmente desde 2013 e o Brasil foi identificado como um dos mercados com maior potencial de crescimento desses títulos no setor agrícola; entretanto, o uso de títulos verdes tem sido limitado aos principais exportadores do setor florestal, em especial às empresas de papel e celulose. É informado que os títulos verdes para o setor agrícola e florestal representam somente 3% do total dos títulos alinhados ao clima globalmente (dados de 2018). Isso se deve, principalmente, às complexidades dos produtos e atividades agrícolas, bem como à falta de critérios de títulos verdes para a agricultura e uso da terra. Os Critérios Agrícolas estão sendo desenvolvidos sob o *Climate Bonds Standard & Certification Scheme*, e serão lançados até o final de 2020, o Brasil vem participando ativamente na ajuda de construção desses critérios. Assim que publicados, fornecerão orientações para as partes interessadas do setor sobre ativos e projetos elegíveis para títulos verdes.

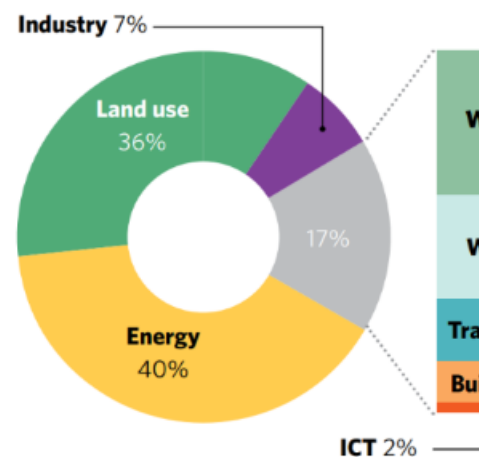
O estudo informa que: “no âmbito global, a emissão de títulos verdes atingiu USD 167,7 bilhões em 2018 e uma emissão recorde de USD 258 bilhões em 2019. O Brasil é o segundo maior mercado de títulos verdes da América Latina e Caribe. O país representa 34% da emissão na região, com USD 5,95 bilhões. O primeiro título verde do país foi emitido em junho de 2015 e, desde então, o mercado cresceu exponencialmente, com 25 títulos emitidos até o momento. Mais da metade desse volume foi emitido em 2017. Em 2018, as emissões tiveram uma queda de 92% devido às incertezas políticas, mas o crescimento foi retomado em 2019 e ultrapassou USD 1 bilhão”. Cabe aqui ressaltar que **nada** foi emitido para o setor agrícola até agora. A produção de papel e celulose não está no âmbito da taxonomia do setor agrícola da CBI e sim dos critérios florestais; com recente vinda das atividades florestais para o MAPA; um entendimento dos critérios florestais, talvez, far-se-ão necessários.

Uma **eventual falha** encontrada no estudo é quando esse diz que: “O Brasil é o segundo maior mercado de títulos verdes da América Latina e Caribe. O país representa 34% da emissão na região, com USD 5,95 (BRL 25) bilhões” E no mapa do plano (anexado abaixo); não é possível encontrar outro país latino americano ou caribenho com emissão de títulos verdes maior que o Brasil; nem mesmo o México que tem uma taxonomia própria para sua “agricultura protegida”. Observa-se que nem todos os países da região foram mencionados, mas os faltantes são países menores que provavelmente tenham valores emitidos abaixo daqueles lá dispostos. Pelo mapa abaixo do plano, o Brasil é maior emissor seguido por Chile e México.

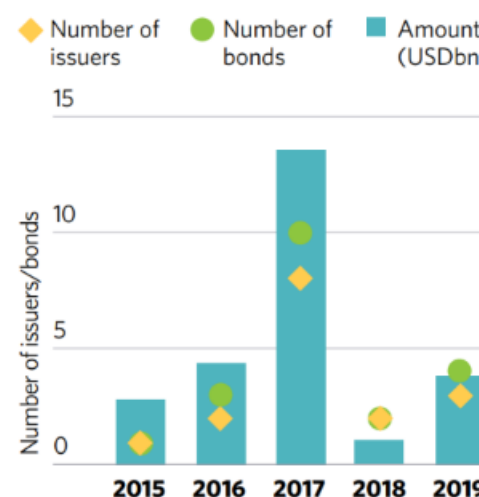
## LAC green bonds issuance



## Top 3 sectors: Energy, Land use and



## Issuance in Brazil (2015-2019)



O estudo ressalta a importância da agricultura brasileira para o mundo, com números que já estamos acostumados a ouvir e que não cabe mais repeti-los; e informa que até 2025, o Brasil terá o maior excedente de alimentos do mundo e da América do Sul; isso é muito importante, uma vez que é um facilitador, junto a investidores estrangeiros, para atração de capitais estrangeiros o fato de sermos e sermos ainda mais o **celeiro** do mundo. As projeções da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostram que a trajetória do Brasil como grande exportador continuará nos próximos anos e estimativas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) apontam que o Brasil desempenhará um papel relevante no atendimento à progressiva demanda global por alimentos e produtos agrícolas, que deverá aumentar em 50% até 2050. Não obstante, para atender a essa demanda a longo prazo, o país terá que produzir mais usando menos recursos; daí a relevância da agricultura verde. As exportações do agronegócio representaram 42,4% das exportações brasileiras em 2018.

Existem vastas oportunidades de mitigação e adaptação no agronegócio brasileiro. O estudo informa “que o Brasil precisaria de pelo menos USD 209,9 a USD 224 bilhões, entre agora e 2030, para atingir os compromissos e metas firmados em sua NDC (Contribuições Nacionalmente Determinadas). Agricultura, o uso da terra e florestas são um dos principais focos para o cumprimento da NDC do país ao ampliar a adoção de melhores práticas e tecnologias de baixo carbono”. O nosso Programa ou Plano ABC pode ser o grande catalisador desses recursos; já temos um arcabouço jurí-

dico robusto que combina preservação ambiental com produção agropecuária; o que se precisa é aplica-lo integralmente. O financiamento verde pode apoiar a implementação do Código Florestal, nossa legislação que rege o uso e a proteção de terras públicas e privadas.

Como é sabido, os recursos públicos desempenham um papel relevante no financiamento do setor agrícola. O governo fornece uma parte significativa do financiamento por meio de crédito rural oficial; porém, a administração atual está mudando essa política pública, diminuindo o financiamento oficial e buscando recursos alternativos junto à iniciativa privada; os títulos verdes podem preencher esse espaço no financiamento da agricultura sustentável. O foco governamental está mudando do crédito rural para o seguro rural.

Por meio do aumento da produtividade agrícola e da adoção de boas práticas e tecnologias, o Brasil conseguiu preservar 66% de sua vegetação nativa, segundo dados do plano. Um potencial considerável em comparação a outros grandes produtores agrícolas. Embora o país tenha conciliado a proteção das áreas naturais remanescentes por meio de políticas e incentivos abrangentes, existem diversas oportunidades na recuperação de áreas degradadas, abandonadas e subutilizadas, principalmente mediante o aumento da produção e da adoção de sistemas de integração (por exemplo, lavoura-pecuária). O Código Florestal, bem como o Plano ABC são vistos como iniciativas vanguardistas para fomentar a agricultura verde em nosso país; entretanto, acredito que o gargalo do CAR para o sucesso de nossa agricultura verde precisa ser resolvido prontamente. Há outros programas para implementação do Código Florestal, como Programa de Regularização Ambiental (PRA), um instrumento para proprietários que não estão em conformidade com a Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente (APP) que acredito careçam de meios financeiros para sua fiel implementação.

É informado que o PRA pode ser financiado por meio de títulos, empréstimos ou fundos verdes ou sustentáveis. Mecanismos de securitização como CRAs, FIDCs e covered bonds poderiam ser uma maneira de se acessar recursos com viabilidade econômica e financeira. Estruturas como títulos sociais ou sustentáveis seriam mais adequados para casos com metas socioambientais. É indicado os tipos possíveis de projetos passíveis de receber títulos verdes, a seguir; restauração de faixas marginais, protegendo cursos de água, nascentes, lagos e lagoas; reflorestamento.

O plano ressalva que “nas últimas quatro décadas, o Brasil implementou várias práticas agrícolas sustentáveis, como o plantio direto, a integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) e a fixação biológica de nitrogênio. O plantio direto, por exemplo, foi adotado na produção de soja e milho, melhorando a fertilidade do solo e diminuindo o uso de fertilizantes químicos. O Plano ABC acelerou a adoção dessas tecnologias. Uma avaliação do Plano ABC mostra que as tecnologias de baixo carbono foram implementadas em 59 milhões de hectares, cerca de 25% da área utilizada para atividades agropecuárias”. Fala-se também da importância de biofertilizantes e biopesticidas, como práticas, para o sucesso de uma agricultura verde.

Quanto ao financiamento para culturas agrícolas, isso é feito por meio de crédito rural público ou privado. Programas federais e linhas de crédito são disponibilizados por intermédio de bancos e cooperativas, e, o crédito privado é disponibilizado por distribuidores, *traders* e exportadores de insumos, que pode incluir também bancos, cooperativas e *barbers*.

O plano inclui uma lista com exemplos de projetos e ativos elegíveis, que poderiam receber financiamento verde; menciona-se alguns: plantio direto, fixação biológica de nitrogênio, ILPF, controle biológico de pragas, produção certificada (soja plus, RTRS, Proterra), estação de tratamento de efluentes, etc.

No que tange à pecuária, o Brasil é um dos principais produtores e exportadores de proteína animal do mundo, e nossa produtividade e eficiência vem aumentando nas últimas décadas. O panorama da nossa pecuária é o seguinte, segundo o estudo: hoje em dia, há 162,19 milhões de hectares utilizados na produção de carne bovina. Desses, 4,2 milhões estão em estágios avançados de deterioração agrícola e biológica e outros 9,7 milhões requerem recuperação. A adoção de práticas de baixo carbono (como a intensificação da produção pecuária, a ILPF), combinada com a recuperação de áreas degradadas, não só permite ampliar a produção sustentável, como também os outros usos da terra, como o cultivo de outras culturas e florestas plantadas. A Embrapa tem diferentes iniciati-

vas de baixo carbono para a produção de carne bovina, como a Carne Carbono Neutro (CCN) e a Rede ILPF. Esses sistemas capitaneados pela Embrapa beneficiam a recuperação e a fertilidade do solo, reduzem a emissão de N<sub>2</sub>O (esse óxido destrói a camada de ozônio), capturam carbono e intensificam o uso sustentável da terra, diminuindo a expansão de novas áreas de cultivo e pastagem, resultando em maior produtividade. É informado que a recuperação de pastagens degradadas é a oportunidade mais importante do Plano ABC. Incluindo as atividades agropecuárias, estima-se que existam 60 a 100 milhões de hectares de terras degradadas no Brasil. Aproximadamente USD 62,5 a USD 104 bilhões seriam necessários para recuperar essa área por meio de sistemas de integração (ILPF).

O Plano ABC tem dentro do seu escopo o uso racional da água, alimentação animal e tecnologias de tratamento de resíduos (por exemplo, compostagem, biodigestão, biofertilizantes). O tratamento de dejetos animais também está incluído no Plano ABC, tendo 4,4 milhões de m<sup>3</sup> como meta, o que representa USD 471,6 milhões em investimentos, conforme disposto no estudo.

Os títulos verdes poderiam financiar a produção pecuária nacional, além obviamente da agricultura e projetos mistos, bem como produtos e serviços de apoio à adaptação e resiliência ao clima. Há algumas estruturas disponíveis para aqueles que desejam emitir um título verde. Projetos e produtores menores poderiam fazer uso de empréstimos verdes e estruturas de agregação, como CRAs, FIDCs e LCAs, por meio de instituições financeiras e de securitização e fundos de impacto. Como na agricultura, os bancos também poderiam apoiar o financiamento das práticas do ABC. Dentre alguns projetos pecuários passíveis de investimentos verdes estão: recuperação de pastagens degradadas, confinamento de gado, protocolos certificados de produção de carne/baixo carbono, compra de couro e carne carbono neutro, aquisição genética, compostagem, produção orgânica de aves e suínos, dentre vários outros.

O plano também trata da energia renovável; todavia não será abordada nessa análise uma vez que está fora do escopo das atividades dessa SPA. Dispõe sobre a energia solar, biomassa, biogás, biocombustíveis e instalações e infraestrutura de apoio. É informado que o BNDES é o grande financiador desse setor e que as debêntures de infraestrutura são os principais instrumentos financeiros utilizados para tal fim.

Quanto à silvicultura, é informado que: “o Brasil possui a segunda maior cobertura florestal do mundo, com quase 500 milhões de hectares. Cerca de 98% disso é composto por florestas nativas e os outros 2%, por florestas plantadas (principalmente Eucalipto e Pinus). O setor florestal brasileiro contribui com 1,3% do PIB do país e com 6,9% do PIB industrial. Em 2018, o valor total das exportações atingiu USD 12,5 bilhões, colocando o Brasil como o nono maior exportador de produtos florestais do mundo”. Daí arguo, se tem a segunda maior cobertura florestal do planeta poderia ser o segundo maior exportador nesse setor; ou seja, temos os meios de produção mas quase não exportamos. As áreas florestais nacionais podem ser públicas ou privadas. As terras públicas com florestas nativas estão sujeitas ao manejo florestal, que pode ser realizado por empresas privadas ou comunidades locais. Uma das principais modalidades de manejo florestal público são as concessões florestais (Lei 11.284/2006), que permitem aos governos federal, estadual e municipal conceder o manejo de florestas públicas a entidades privadas. Atualmente, existem mais de 1 milhão de hectares sob concessão federal. A certificação florestal e da cadeia de custódia é significativa no Brasil. Os dois sistemas de certificação florestal existentes no país são o Programa Brasileiro de Certificação Florestal (Cerflor), parte do Programa para o Reconhecimento dos Esquemas de Certificação Florestal (PEFC) e o Conselho de Manejo Florestal (FSC). O estudo aponta que considerando a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas e as metas do Plano ABC para florestas plantadas (representando 2 milhões de ha cada), **USD 4,7 bilhões** em investimentos serão necessários. Os títulos verdes podem ser usados para financiar a vasta maioria desses investimentos.

O tema infraestrutura, também abordado nesse estudo, não está diretamente ligado aos trabalhos dessa SPA; porém todos nós sabemos dos gargalos existentes e do enorme potencial de investimento nesse setor. É sabido que esse setor afeta diretamente a eficiência e produtividade da produção agrícola nacional. Os títulos verdes podem ajudar muito no fomento dos investimentos nesse se-

tor.

O plano é finalizado com a disposição de medidas que podem permitir um crescimento vigoroso da agricultura sustentável em nosso país, para tal fim, é sugerido mudanças institucionais e nas políticas públicas. São elas: melhorar a comunicação junto a investidores sobre os compromissos climáticos, firmados e colocados em prática pelo Brasil, no setor agropecuário; aprimorar o acesso aos mais variados dados do setor agropecuário brasileiro (é citado o Observatório da Agricultura, talvez ter algo nos moldes do antigo sistema Alice de comércio exterior do antigo MDIC); expandir e aprimorar o Programa ABC; facilitar o acesso dos produtores ao mercado de capitais; elaborar um portfólio de projetos verdes proporcionando uma visão mais clara das oportunidades de investimento no agronegócio brasileiro; incorporar o risco climático ao crédito e seguro; incentivar como a aceleração do procedimento (*fast track*) para títulos verdes (Lei nº 12.431/2011), o crédito tributário e a isenção tributária podem fomentar as emissões de títulos no setor agrícola; utilizar bancos públicos para que estruturas subordinadas, tranches/cotas, seguros e mecanismos de compartilhamento de perdas, possam ser aplicadas em CRAs, FIDCs e Bonds (debentures) para alavancar capital público para atrair investidores privado; reduzir o compulsório para empréstimos verdes; emitir títulos soberanos para financiar a agricultura sustentável do país; maior diálogo com investidores e gestores de ativos para desenvolver o mercado financeiro verde para o agronegócio; e, fomentar a agenda de finanças verdes para o setor agrícola a fim de atrair os capitais privados necessários. Parece-me que todas essas proposições são factíveis e somos o ponto focal do governo para a mudança da política pública para esse setor; agora é refletir e analisar o que podemos fazer para implementar as mudanças supra citadas.

Por fim, quero externar minha satisfação com esse plano; rico em detalhes e de fácil entendimento. Pude constatar somente uma falha (que é irrelevante ao nosso trabalho); porém, são utilizados inúmeros dados oriundos do próprio governo que não tenho como averiguar sua veracidade; ou seja, é *sine qua non* que tenhamos uma base de dados disponível para pesquisa. O que fica claro é que há interesse de todas as partes do ecossistema das finanças verdes para que esse mercado cresça; uma sugestão que me atrevo a fazer é a SPA criar um portal bilingue (PT & EN) com um *pipeline* de projetos verdes (com a chancela do Plano ABC) passíveis de receber investimentos verdes.